



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

### ATA N.º 9

-----Aos dezasseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

----- **Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives** --

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----Por ausência justificada do Secretário, Dra. Maria de Lurdes Soares, a reunião foi secretariada pela funcionária Cidália Isabel Floreano Figueira.-----

#### -----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO** -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### -----**PRESIDÊNCIA**-----

-----Relatório e Contas do ano de 2013 -----

-----1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2014 -----

-----Pedido de Empréstimo-----

#### -----**DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS** -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Concurso Público para Fornecimento de 175 mil litros de Gasóleo Rodoviário  
a Granel em Fornecimentos Contínuos-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2013 -----

-----DOC. 01/09 -----

-----Foi presente para apreciação o documento referido em epígrafe.-----

-----O Vereador António Gomes iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Relatório e Contas, a bancada do Partido Socialista não tem considerações relevantes a tecer no que se refere ao aspeto formal, uma vez que não existem dúvidas sobre os mapas apresentados, os quais traduzem e correspondem à situação real do que são as contas da autarquia, pelo que neste sentido disse que iriam votar favoravelmente este documento. Continuando no uso da palavra, alertou no entanto, para o facto de existirem alguns aspectos que merecem alguma preocupação, não querendo no entanto ter uma posição alarmista. Referiu que quando se analisa o quadro de indicadores financeiros, verifica-se que todos os rácios e apesar da evolução ligeira no sentido negativo, estão neste momento com valores que comprovam que do ponto de vista estático em 31 de dezembro de 2013 as contas da autarquia não oferecem qualquer motivo de dúvida ou preocupação. Disse no entanto que existe um aspeto dinâmico da gestão financeira que, da sua perspetiva, tem que ser analisado com seriedade e com alguma atenção, nomeadamente o ponto de vista estrutural, questão essa relacionada com os resultados operacionais que traduzem os resultados económicos. Referiu que, tal como é do conhecimento geral, uma autarquia não visa lucro, no entanto deve ter em conta a sua sustentabilidade. Neste sentido verifica que desde 2002 que a autarquia tem tido quer resultados operacionais negativos quer líquidos negativos. Disse que a expressão dos mesmos significava, por exemplo, que nos últimos quatro anos os resultados operacionais negativos



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

são de vinte e dois milhões de euros e os resultados líquidos são aproximadamente de vinte e um milhões de euros, revelando alguma permanência dos resultados com algum significado que vão paulatinamente reduzindo os valores dos fundos próprios da autarquia. Frisou que esta situação merecia alguma atenção e do seu ponto de vista, o que preconizava é que se procure dentro daquilo que são os custos inerentes ao funcionamento da autarquia e que englobam os resultados operacionais, a existência de uma gestão mais cuidada e rigorosa, no sentido de tentar minimizar e reduzir o valor desses resultados operacionais. Acrescentou ainda que verificando de uma forma generalizada as contas das autarquias a nível do país, constata-se que no Baixo Alentejo, a Câmara Municipal de Moura, no período de 2010/2013 foi a que apresentou piores resultados económicos, ou seja, foi a que teve resultados operacionais negativos de maior dimensão. Neste sentido, a bancada do Partido Socialista, preconiza que em futuros Orçamentos haja o cuidado de procurar minimizar esta questão.-----

-----O Presidente interveio referindo que, no essencial, se atreveria a dizer que, o Vereador António Gomes tinha razão e estava completamente de acordo com o que foi por ele mencionado. Acrescentou no entanto que, neste momento se encara e enfrenta uma realidade particularmente complicada. Referiu que ao continuar-se desta forma, não só nesta autarquia, como também a nível do país, iriam sentir-se grandes dificuldades e numa situação de imobilização que na prática pode fazer com que as performances da autarquia sejam as mais adequadas, não só do ponto de vista dos números, mas também a nível de intervenção no terreno, sejam significativamente diminutas. -----

-----Seguidamente passou a palavra ao Dr. Jorge Pinto, Consultor Financeiro e Revisor Oficial de Contas, em prestação de serviços na Câmara, o qual esclareceu que qualquer empresa que elabora um balanço económico, tem que ter resultados operacionais positivos; qualquer entidade da Administração Pública que tenha desequilíbrio nos seus orçamentos, tem que ter saldos primários positivos superiores ao serviço da dívida, ou seja, o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

serviço da dívida é a receita menos a despesa e o saldo primário é a receita menos a despesa, tirando os empréstimos por um lado na receita e tirando os juros e as amortizações por outro lado. Neste sentido, acrescentou que, seria fácil entender que, se o saldo entre a receita e a despesa não for superior ao valor a pagar de empréstimos e de juros, a dívida agrava-se. No que diz respeito ao balanço económico nos resultados operacionais, esclareceu que se a Câmara tiver custos que não são cobertos por proveitos, a Câmara terá prejuízos. Deste modo, a questão prende-se com a origem dos proveitos dos municípios, uma vez que esses têm que cobrir os custos. Neste sentido, referiu que os proveitos dos municípios vêm de receitas próprias através de cobranças aos cidadãos, nomeadamente na cobrança do consumo de água. Assim, quando se refere o equilíbrio de resultados operacionais, entende-se que para se equilibrar o sector da água, as respetivas tarifas em Moura teriam que ser multiplicadas por três, a tarifa de saneamento por cinco e a tarifa de resíduos por três, assim o desequilíbrio do resultado operacional que é significativo nesse sector, ficaria equilibrado, sobrecarregando-se deste modo os munícipes, para além do possível. Disse ainda, que para além desta situação, existem outros bens, os chamados “bens públicos puros” que não são bens transacionáveis. Explicou que um “bem público puro” são as ruas da cidade, porque são utilizadas, sem qualquer imposto, embora com a utilização de parquímetros, a rua torna-se num “bem público impuro”, uma vez que já se encontra a gerar uma receita, mesmo que irrisória. No entanto no que se refere à iluminação pública disse não existir forma de cobrar essa utilização. Neste sentido, frisou que existem bens públicos que só podem ser pagos pelos impostos, pelo que a questão a colocar, é no sentido de saber se a receita tributária que os municípios recebem, que são os seus proveitos essenciais, são suficientes para cobrir os custos que têm. Disse que o Relatório do presente ano não evidenciou, por falta de tempo para uma análise mais pormenorizada, de uma competência gratuita central, que não é paga pelos cidadãos através dos serviços que lhes são prestados, que são as competências de educação. Nestas, o Município de Moura, à semelhança de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

todos os outros municípios do país, recebe o Fundo Social Municipal, isto é, recebe uma verba consignada para a função Educação. Salientou que a relação de taxa de cobertura dos custos do Poder Local na matéria do ensino pelo Fundo Social Municipal e mais alguns protocolos celebrados com o Ministério da Educação, não cobrem mais do que 35% dos custos em média das autarquias nesta matéria. Sendo assim, existem serviços que recaem sobre os cidadãos e em que é possível aumentar os proveitos, serviços em que o Poder Local está a subsidiar a Administração Central e ainda serviços que têm que ser pagos pelos impostos e que em todos eles se verificam desequilíbrios. Disse que esses desequilíbrios evidenciavam-se nos balanços com resultados operacionais negativos. Neste sentido o que garantia é que quando se verifica que um balanço dá resultados positivos, tal deve-se ao facto do balanço inicial do seu património não se encontrar todo identificado, situação que acontece neste e na maioria dos municípios do país. -----

-----O Vereador António Gomes voltou a usar da palavra manifestando concordância com a generalidade da explicação prestada, reafirmando no entanto a sua preocupação com a gestão do município, alertando para a possibilidade de redução da dimensão destes custos operacionais. -----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o documento à votação. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2013 E REMETER O MESMO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2014 -----

-----DOC.02/09 -----

-----Foi presente para apreciação a 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2014. -----

-----O Vereador António Gomes solicitou esclarecimentos sobre algumas rubricas constantes no documento em apreço, nomeadamente no que se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

refere às “remunerações certas e permanentes”, uma vez que na rubrica de recursos humanos verifica-se que os valores relativos a custos operacionais, apesar da grande quantidade de colaboradores que tem vindo a aposentar-se e dos cortes dos valores em horas extraordinárias, bem como em suplementos, se verifica um aumento da despesa com pessoal. Continuou referindo que, na sua perspetiva, eventualmente, poderá ter havido uma suborçamentação no orçamento inicial, não sabendo se por esquecimento ou intencional, o que poderia ter determinado que as rubricas como “o subsídio de refeição para o pessoal” tenha carecido da necessidade de se inscrever mais sessenta mil euros; para a “Caixa Geral de Aposentações” mais cento e dez mil euros; mais duzentos mil euros para o “Regime Geral”; em “Gasóleo” mais cento e cinquenta mil, ou seja, neste sentido considerou que são valores que à partida não seriam normais surgirem neste documento. Disse ainda considerar com valores bastante significativos e tidos como reforço, as rúbricas já abordadas aquando da aprovação do orçamento, relativamente a “outros trabalhos especializados” e “outros serviços”, nos quais se incluem *outsourcings*, bem como no que se refere a equipamento administrativo e investimentos incorpóreos. Relativamente a estes investimentos, pretendeu saber a que corresponde a inscrição do valor de cento e noventa e oito mil, duzentos e cinquenta euros. Por último questionou se o reforço para as freguesias, no que diz respeito quer às despesas correntes, quer às despesas de capital, se encontra relacionado ou não com a celebração de futuros acordos de execução. -----

-----O Presidente interveio referindo que esta revisão não se trata de um esquecimento, mas sim de permitir uma “folga” ao Orçamento, uma vez que quando o mesmo foi elaborado seria impossível imputar estas despesas, uma vez que na altura se trabalhou o mesmo sem qualquer margem. -----

-----Quanto à questão dos investimentos incorpóreos, passou a palavra ao Dr. Jorge Pinto, o qual esclareceu que esta rúbrica está relacionada com projectos, sobretudo com a revisão do PDM. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Quanto à rubrica de reforço para as freguesias, o Presidente esclareceu que tal se deve a fazer face à atividade das mesmas, havendo ou não acordos de execução, tornando-se necessário atualmente que o que está em vigor continue a ser pago. Disse no entanto que à *posteriori* poderão ser efetuados novos acertos e alterações em função desses acordos.-----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o documento à votação.-----

-----DELIBERADO, POR MAIORIA COM QUATRO VOTOS A FAVOR DOS ELEITOS DA CDU E TRÊS ABSTENÇÕES DOS ELEITOS DO PS, APROVAR A 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2014 E SUBMETTER O ASSUNTO À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

----- PEDIDO DE EMPRÉSTIMO -----

-----DOC.03/09 -----

-----Foi presente para apreciação proposta subscrita pelo Presidente da Câmara no sentido de se proceder à contratação de um empréstimo, no montante de novecentos e noventa mil euros para fazer face a investimentos, nomeadamente com a reabilitação de habitações no Pátio dos Rolins; com a requalificação de Escolas do 1º ciclo do ensino básico; com a renovação do Parque de Máquinas; com a criação de uma bolsa de estacionamento frente ao Lar de São Francisco; com a beneficiação de arruamentos e com a intervenção em habitação social, remetendo-se à apreciação da Assembleia Municipal o pedido de autorização prévia para despoletar o respectivo procedimento.-----

-----O Vereador Francisco Canudo pretendeu saber se a reabilitação das habitações no Pátio dos Rolins se destina a habitação social, tendo o Presidente respondido positivamente. Informou ainda que neste momento a Câmara tem um conjunto bastante vasto de pedidos de atribuição de habitação social, com diferentes montantes e com diferentes graus de prioridade. Disse que estas quatro habitações estão destinadas a pessoas com necessidade de alojamento e as outras em habitação social serão para pessoas que, ao abrigo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

do regulamento, não têm capacidade de proceder a intervenções e serão executadas de acordo com a prioridade que seria indicada pelos respectivos serviços da Câmara. Seguidamente a forma de execução de prática no terreno, implica a contratação de serviços externos à Câmara.-----

-----Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou o documento à votação.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO NO MONTANTE DE NOVECENTOS E NOVENTA MIL EUROS PARA FAZER FACE A VÁRIOS INVESTIMENTOS, E SUBMETER À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA DESPOLETAR O PROCEDIMENTO REFERENTE AO MESMO.**-----

-----**DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS**-----

-----**CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE 175 MIL LITROS DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL EM FORNECIMENTOS CONTÍNUOS**-----

-----**DOC.04/09**-----

-----Foi presente informação n.º 01 de 08/04/2014 da Secção de Contratação Pública e Aprovisionamento a submeter à apreciação do órgão executivo a abertura do procedimento de Concurso Público para o Fornecimento de cento e setenta e cinco mil litros de gasóleo rodoviário a granel em fornecimentos contínuos; bem como as peças do procedimento: anúncio, programa de procedimento e caderno de encargos, a constituição dos elementos do júri e que todas as competências do órgão competente para a decisão de contratar, sejam delegadas no júri, à exceção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos ou para a decisão de adjudicação.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE CENTO E SETENTA E CINCO MIL LITROS DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL EM**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**

FORNECIMENTOS CONTÍNUOS, BEM COMO A APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO: ANÚNCIO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS; A CONSTITUIÇÃO DOS ELEMENTOS DO JÚRI E QUE TODAS AS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR, SEJAM DELEGADAS NO JÚRI, À EXCEÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS OU PARA A DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº 1/2014 DA SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO.

**VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA**

De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e coadjuvante.

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 16 de abril de 2014

PRESIDENTE:

SECRETÁRIO: